

AMBIENTE

Mineradoras ameaçam mananciais da Billings

Há mais de 90 pedidos para atividades de mineração na bacia

Cláudia Marques
de São Paulo

Mais de um quarto do total da área da Bacia Hidrográfica da Billings pode ficar completamente comprometida por causa das atividades mineradoras na região. De acordo com relatório realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), cerca de 15 mil hectares correm o risco de sofrer algum tipo de exploração extrativista nos próximos anos.

Existem hoje sete empresas mineradoras na bacia da represa — responsáveis, principalmente, pela extração de areia, granito para brita, cascalho e água mineral — que ocupam cerca de 90 hectares. Mas, segundo levantamento no DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral —, há mais 90 processos cadastrados, projetados para os municípios de São Paulo (35), Ribeirão Pires (24) e São Bernardo do Campo (16), principalmente. “Se todos esses processos em tramitação chegarem à etapa de concessão ou de regime de licenciamento ambiental, a vida útil do manancial e a produção de água para a Região Metropolitana estarão em risco”, afirma Marussia Whately, coordenadora do projeto Mata Atlântica do ISA.

Sem vigilância

Porém, segundo ambientalistas, o impacto ambiental já é observado à medida que são concedidos os alvarás de pesquisa — quando a empresa faz avaliações do potencial de extração e de valor da área em questão. Hoje são mais de 2 mil hectares.

De acordo com Marussia, ou-

Mineração na Billings			
Títulos minerários obtidos e requeridos ao DNPM na área da represa em 2000			
Tipo	Processos	Área de exploração	
		Hectares	% em relação à área total
Requerimento de pesquisa	20	13.076,38	22,44
Alvará de pesquisa	30	2.079,01	3,57
Concessão de lavra	06	64,15	0,11
Regime de licenciamento	01	21,88	0,04
Total	57	15.241,42	26,16

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

tro problema grave na gestão ambiental da bacia hidrográfica da Billings é a falta de integração entre os diversos órgãos responsáveis pela legalização e controle dos empreendimentos minerários na região. Segundo ela, nenhuma das sete empresas instaladas possui a licença de funcionamento da Cetesb. “Há empresas que funcionam apenas com o alvará de pesquisa do DNPM, e isso é um absurdo”, alerta Virgílio Farias, presidente do MDV — Movimento em Defesa da Vida, do Grande ABC.

O problema se agrava à medida que muitas dessas mineradoras iniciaram suas atividades antes mesmo de dar entrada no processo de legalização. De acordo com o relatório do ISA, somente em São Paulo foram autuados cinco empreendimentos em funcionamento que nem sequer haviam requerido a operação ao DNPM. Para Marussia, esses dados demonstram a falta de rigor dos órgãos públicos para que as empre-

sas impactantes cumpram os compromissos de recuperação.

Fiscalização

De acordo com Farias, 13 grandes mineradoras fecharam na região sem cumprir nenhuma atividade de recuperação. “A medida é prevista pelo plano emergencial da bacia, que pedia fiscalização mais intensa na região, mas em cinco anos nada foi feito.” A responsabilidade também é cobrada das prefeituras, “que são hoje as maiores incentivadoras da degradação.”

Para Farias, a fiscalização e o cumprimento da lei poderiam poupar bilhões de reais investidos em barragens, reversões de rios e outras obras de custos altíssimos e de grande impacto ambiental. “Enquanto o dinheiro público é desperdiçado em engenharia, em nome do abastecimento da Grande São Paulo, aumentam as invasões e a contaminação dos mananciais da Billings que abastecem a região.” ■